

A criação de uma rede de preservação comum de património digital



Continuidade Digital

Aspetos a abordar

0. Diagnóstico prévio

1. Antecedentes, grupo de trabalho, objetivos, ponto de partida

2. Análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

3. Modelo de custos

4. Modelo de governação

5. Ponto de situação atual

6. Perspetivas futuras

(dados recolhidos 2014-2015)



Continuidade Digital

0. Diagnóstico prévio

- Omnipresença das TIC
- Produção administrativa, científica, artística – mediação tecnológica
- Muitos objetos patrimoniais são nado digitais
- Obsolescência do sistema intermediário
- Ausência de ferramentas para o substituir



Necessidade de assegurar preservação



Continuidade Digital

0. Diagnóstico prévio

Necessidade de assegurar preservação digital

- problema premente e transversal
- ausência de mercado de tecnologias direcionadas à preservação digital
- estrangimentos orçamentais das entidades públicas e privadas dificultam a abordagem individualizada





Continuidade Digital

0. Diagnóstico prévio

Preservação digital envolve:

- produtores, detentores e utilizadores da informação

Preservação digital exige:

- estratégia concertada
 - recursos financeiros elevados
 - conhecimentos especializados

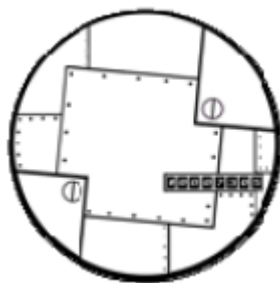




Continuidade Digital

0. Diagnóstico prévio

DGLAB - RODA:



Repositório de Objetos Digitais Autênticos

2006-2007

articulação com a política de gestão de documentos da Administração Pública

Continuidade Digital

1. Antecedentes:

Objetivos

Conclusões

Continuidade

Disponíveis em:

<http://1seminariopreservacaopatrimonioidigital.dglab.gov.pt/>

1º SEMINÁRIO de PRESERVAÇÃO COMUM de PATRIMÓNIO DIGITAL

19 e 20 de Setembro de 2013





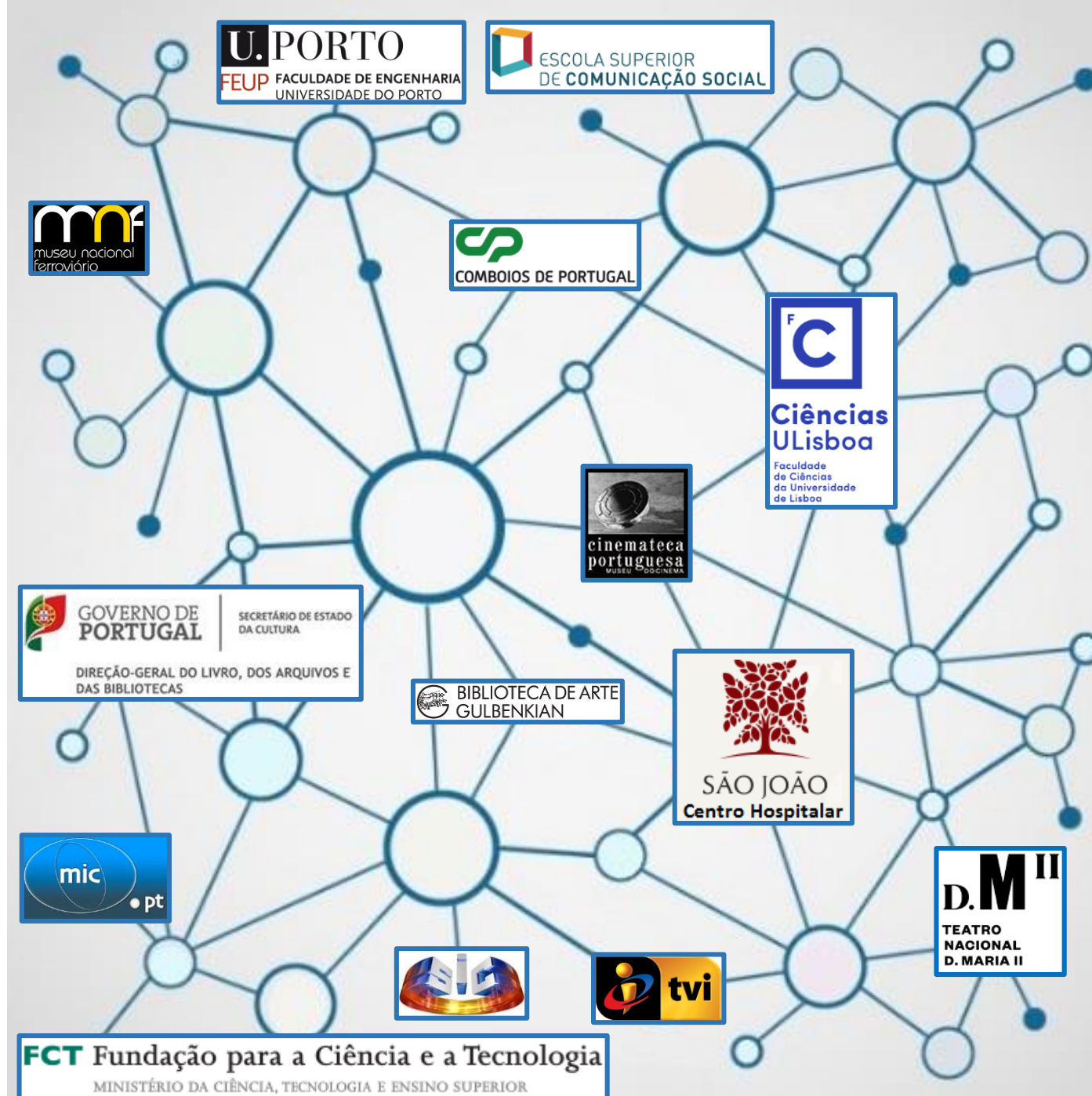
Continuidade Digital

1. Grupo de trabalho:

Iniciativa: DGLAB

Base:
participantes no 1.º seminário

Características:
transversalidade (diversidade
de CdP)



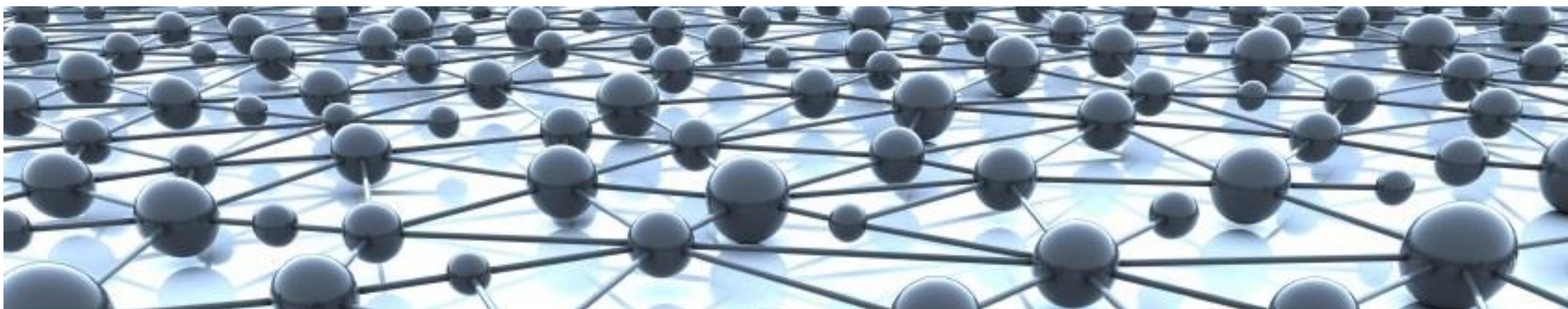


Continuidade Digital

1. Objetivo:

analisar a viabilidade de uma rede comum para preservar património digital

- estruturas comuns
- cooperação
- partilha: recursos, custos, conhecimento, responsabilidade





Continuidade Digital

1. Ponto de partida: vontade efetiva de preservar património digital

preservar património digital = preservar objetos físicos (ficheiros) que veiculam informação digital

homogeneidade da natureza da informação em ambiente digital:
(codificação binária)



domínio de implementação

=

limite máximo de convergência dos atores



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

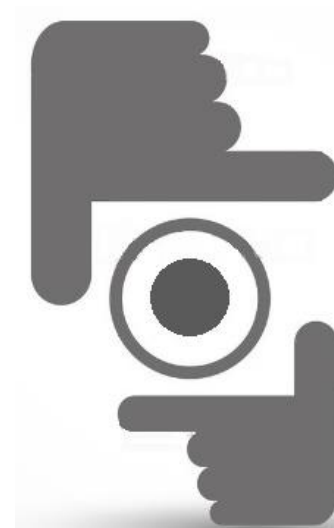
0. Metodologia

I Quadro regulador

II Formatos utilizados

III Valores

IV Práticas





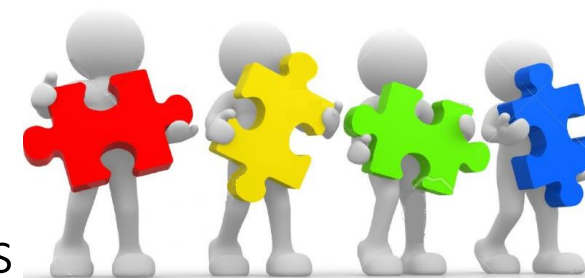
Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

0. Metodologia:

Levantamento e recolção de dados, posteriormente analisados

- debate participado com os membros do GT
- levantamento documental e de fontes de autoridade
- inquéritos: 1.º fechado, exclusivamente elementos do GT; 2.º dirigido a uma comunidade alargada





Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Legislação

Transversal, nacional e europeia:

- Lei dos Direitos de Autor e Conexos



- Lei do Depósito Legal

- Licenças Públicas *Creative Commons sobre dados espaciais*





Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Legislação

Multidomínio:

Atividade jornalística

Imprensa, Rádio e Televisão, e Património Cultural





Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Legislação

Com referências explícitas a preservação de património/digital:

- Art.º 11.º, Lei de Bases do Património Cultural - “dever de preservação, defesa e valorização do Património Cultural”
- Cap. VII, Lei da Televisão, n.º 1, 2 e 3 do art.º 92.º - “conservação do Património Televisivo”
- Cap. VII, Lei da Rádio, art.º 83.º - “conservação do Património Radiofónico - registos de interesse público”
- Portaria 247/2000 - Regulamento de conservação arquivística para os Hospitais e Serviços de Saúde. Processo clínico é de conservação permanente

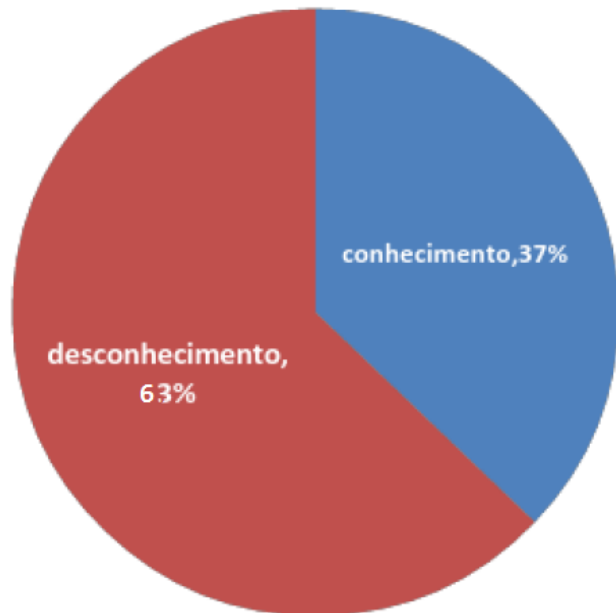


Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Legislação

Acentuado desconhecimento das CdP sobre regulação do património digital:



mas: fontes de autoridade mais utilizadas: critérios de avaliação de ODs - diplomas legais e regulamentos

Exceções: Museus (3.^a fonte mais utilizada)
Outras (2.^a fonte mais utilizada)



Continuidade Digital

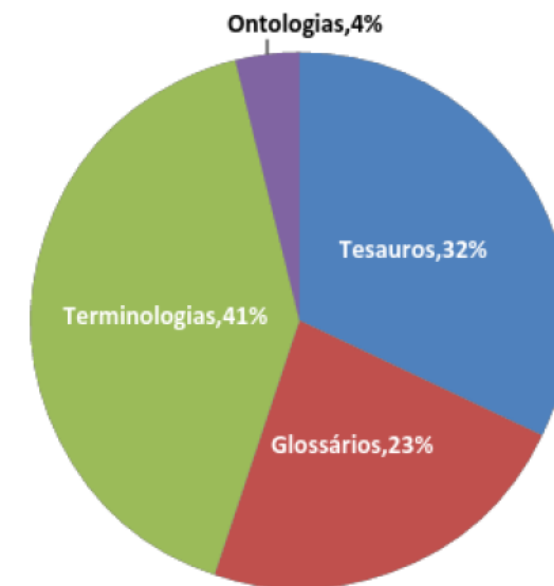
2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Terminologias

instrumentos de indexação mais utilizados:

2 grandes classes de estruturas vocabulares:

- apoio à execução de atividades: termos muito específicos e praticamente exclusivos da CdP a que se destinam
- apoio à descrição ou representação de atividades: maior aproximação e similitude de termos entre CdP





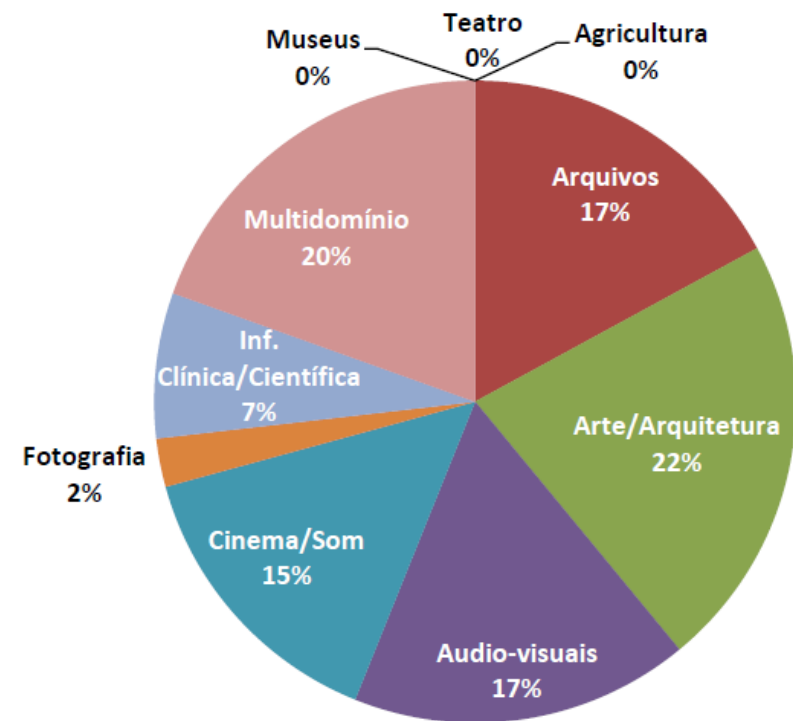
Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador – Terminologias

termos mais usados pelo conjunto das CdP:

- Acesso / Direitos de autor
- Avaliação / Preservação digital
- Património digital
- Autenticidade / Perspetiva de usabilidade
- Custódia / Certificação e segurança do repositório /
/ Arte digital
- Identificação de património digital



número de termos encontrados por domínio



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Normas

identificadas ca. 105

- normas, regras, guias, orientações, recomendações, etc.
- diferentes graus de pertinência
- internacionais / nacionais
- gerais / específicas
- 3 grandes classes: Arquivos, Bibliotecas e Museus



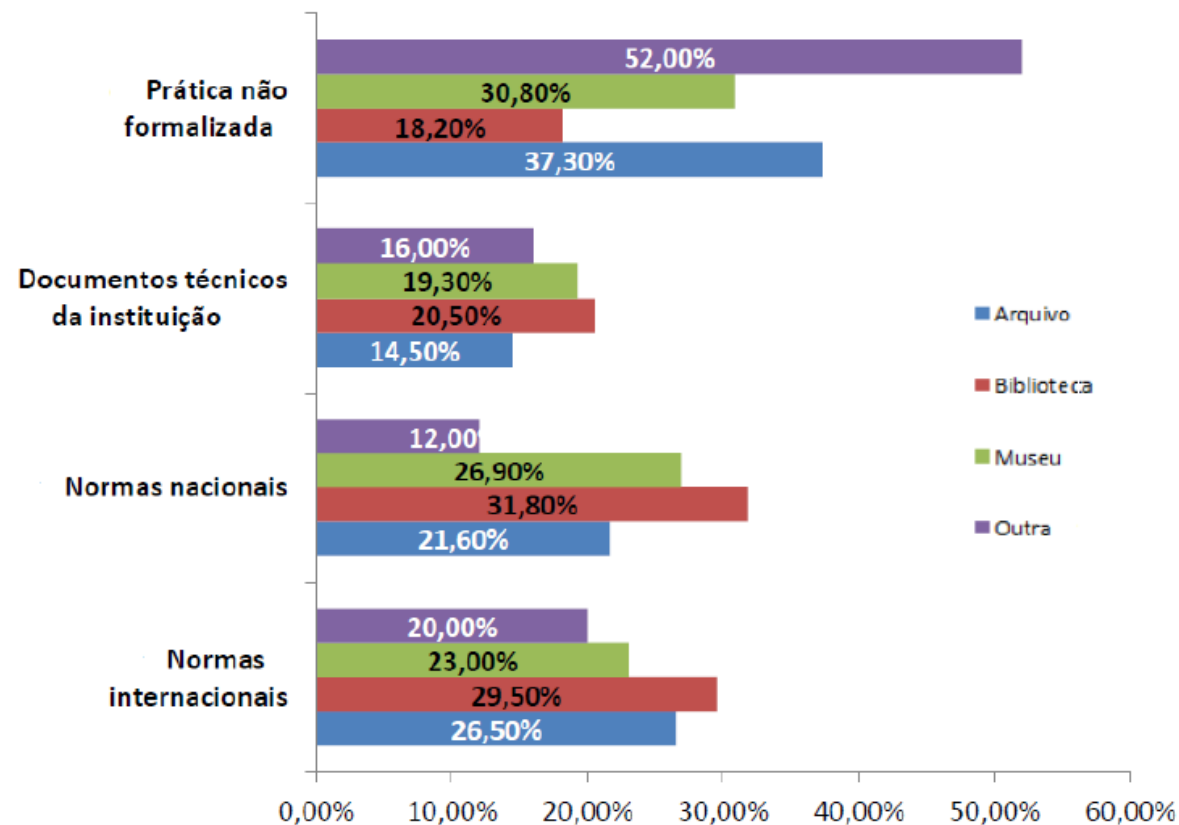
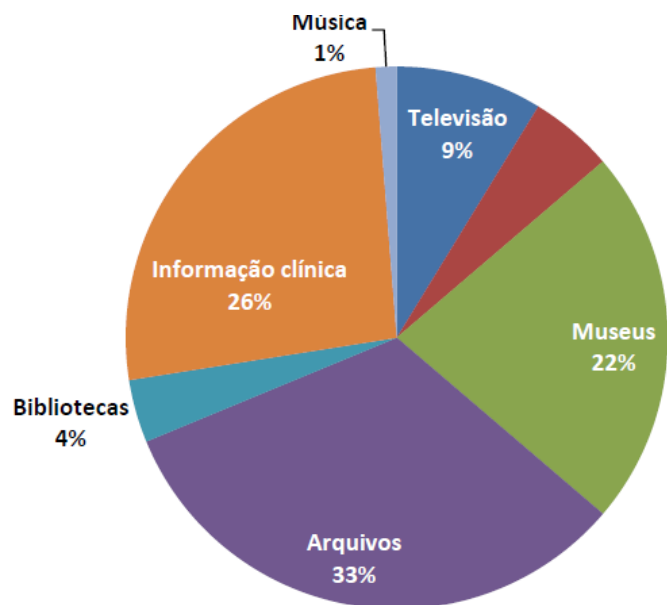


Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Normas

repartição pelas CdP representadas no GT:



repartição pelas CdP respondentes ao inquérito



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Normas

Normas partilhadas	CdP
ISAD (G)	Arquivos, Televisão
ISBD	Bibliotecas, Cinema
EDM	Arquivos, Museus
DC	Arquivos, Música
Total	8

Análise comparativa:

- ISDIAH/EAG
- ISAD(G)/EAD2
- ISAAR(CPF)/EAC (CPF)
- ODA 3
- DC; MPEG 7
- ISBD; CIDOC
- CIDOC-CRM
- Normas de Inventário
- EBU-TECH 3293



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador – Normas

Conclusões

- Maioria centra-se num domínio patrimonial específico
- Heterogeneidade de práticas descritivas
- Perspetiva vertical do património
- Exceções: CIDOC-CRM e Dublin Core (assumem-se como multidomínio)



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador – Normas

Conclusões

- Contexto de produção – relevância não exclusiva para arquivos (ex. museus, bibliotecas)
- Representação multinível – não exclusiva dos arquivos (ex. museus, bibliotecas, informação clínica)
- Objetivos comuns
- Experiências de descrição cruzadas – possibilidade de descrever objetos de um domínio patrimonial com uma norma aplicada noutra (ex. informação clínica)
- Mapeamentos – possibilidade de existência de estrutura única



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador - Normas - Conclusões

Estruturação da informação

a) **Categoriais:** Arquivos, Informação clínica, Bibliotecas e Museus

- Centradas no objeto
- Zonas ou grupos + elementos ou categorias de informação
- Bastante equivalentes (quanto aos elementos de informação definidos)

b) **Combinatórias** (Dublin Core, a CIDOC-CRM, a EBU-TECH 3293 (baseada na Dublin Core)

e a MPEG 7), metadados, esquema de metadados e linguagem de definição de descrição



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

I Quadro regulador – Normas

Conclusões

Registo de informação

Arquivos, Informação clínica e Museus definem forma como a informação deve ser registada nos elementos ou categorias de informação - regras e convenções específicas



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

II Formatos

Total de 68 formatos utilizados pelas diferentes CdP

- Arquivos: 57 formatos
- Bibliotecas: 53 formatos
- Museus: 46 formatos
- “Outros”: 50 formatos

54 formatos utilizados por mais do que uma CdP

38 formatos utilizados por todas as CdP

Categorias previstas pelo sítio web da Biblioteca do Congresso:

Imagens fixas

Som

Texto

Genérico

Imagens em movimento;

Datasets

Arquivo WEB

Geoespacial



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

II Formatos - Conclusões

- Não apresentam especial singularidade
- Maior especificidade: Comunidade Médica e na Televisão
- Unanimidade da utilização da metalinguagem XML
- Heterogeneidade:
 - necessidade de controlo
 - necessidade de acompanhar a sua evolução de mercado
 - necessidade de identificar formatos aceitáveis para a preservação continuada





Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

III Valores: autenticidade - Considerada numa dupla vertente

1/ relevância:

- Elementos internos: **Identidade**, Identificação, **Integridade**, **Conteúdo**, Contexto, Usabilidade e **Estrutura**

- Elementos externos: **Tecnológico**, **Procedente**, **Documental**, Jurídico, **Administrativo** e Procedimental



Mais prevalecente; mais valorada



Menos prevalecente; menos valorada



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

III Valores: **autenticidade** - Considerada numa dupla vertente

2/admissibilidade de modificações e tipo de modificações (sem perda de autenticidade):

as CdP reconhecem: **não é possível preservar sem alterar**

as CdP defendem: alterações criteriosas

- **rejeitadas: alterações de conteúdo**

- aceites: alterações de estrutura, informação contextual

alterações documentadas e controladas



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

- a. avaliação da informação digital
- a. programas de preservação digital
- b. sistemas de armazenamento
- c. sistemas TIC específicos para a gestão e preservação digital
- e. custódia de ODs



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

a. avaliação da informação digital

- considerada pelas CdP uma atividade necessária
- a maioria utiliza sempre critérios de avaliação
- CdP que mais utiliza critérios de avaliação: Arquivos
- CdP que menos os utilizam: Bibliotecas e Museus



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

a) avaliação da informação digital

Fontes utilizadas:

- maioritariamente referenciais nacionais (sobretudo leis e regulamentos, seguidos de documentos técnicos)
- documentos técnicos internacionais menos utilizados
- critérios e práticas não formalizadas
- CdP que mais utilizam fontes de autoridade: Arquivos e Bibliotecas (sobretudo normas internacionais e nacionais)



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

b) programas de preservação digital

- maioria não estão formalizados
- ações de preservação esporádicas (a mais frequente é o backup)



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

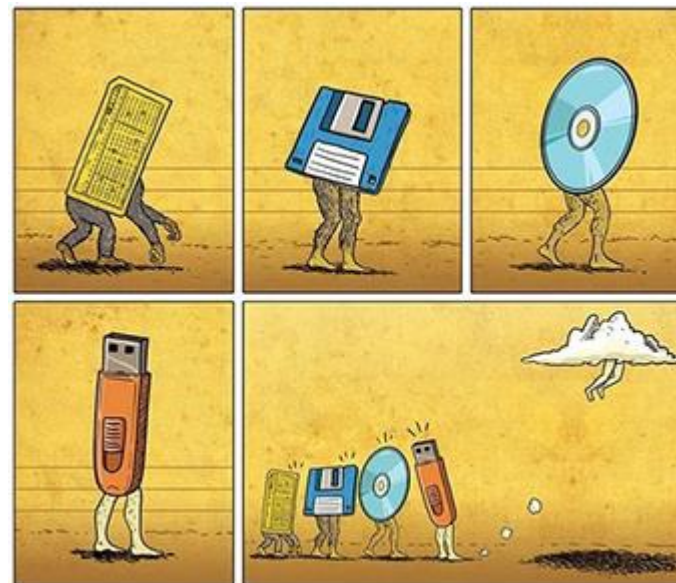
IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

c) sistemas de armazenamento - Identificado como ponto crítico

A maior parte das CdP utiliza:

- servidores
- sistemas de ficheiros
- dispositivos externos como DVDs





Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

- d) sistemas TIC específicos para a gestão e preservação digital
 - CdP remetem para a existência de um sistema
 - Geralmente não dedicado à preservação e gestão de informação digital

Se consideradas as exigências das normas OAIS, a percentagem deve rondar os 0%



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: convergência ou divergência?

IV Práticas

procedimentos das CdP (aspectos específicos de PID):

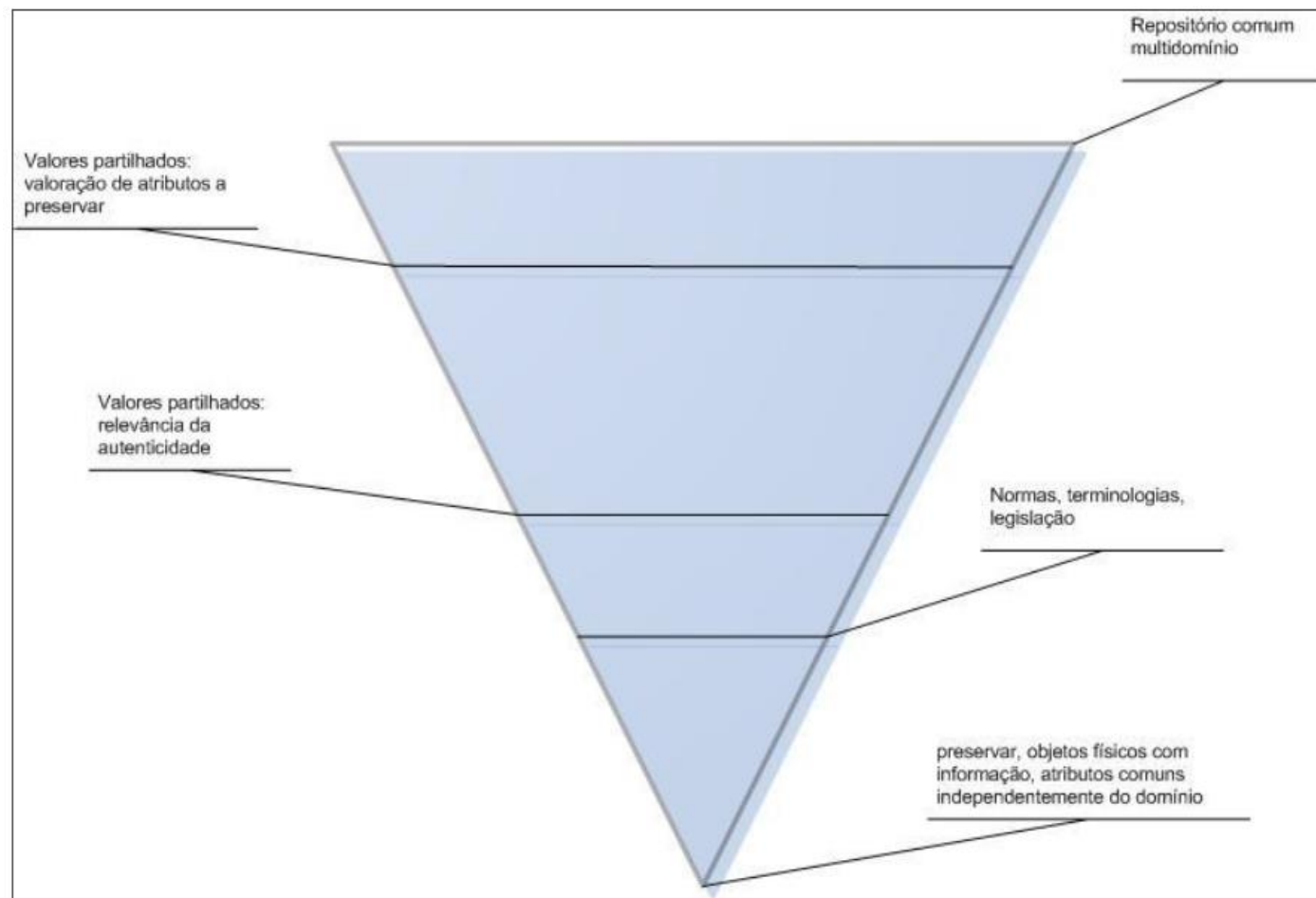
e) Custódia de Ods

- Maioria das CdP reporta custódia de ODs considerados patrimoniais (nado digitais e resultantes de transferência de suporte)
- Percentagem com algum significado refere o contrário (% sensivelmente igual à que refere não realizar avaliação, o que pode advir desse facto)
- Dimensão do universo custodiado: c. 2,35 PB (arquivos das Televisões)
- Expetativa de crescimento prospetivo: c. de 20 TB por ano de nova informação adicionada



Continuidade Digital

2. análise transversal para as CdP: **convergência** e **divergência**



prática de avaliação



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Considerados dois cenários:

- PID empreendida a título individual
- PID empreendida no contexto de uma rede comum de preservação (plataforma tecnológica comum, custos partilhados)

Determinar:

- benefício financeiro da adesão a uma rede de preservação comum com custos partilhados
- número mínimo de aderentes necessários para tornar vantajosa a solução partilhada





Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Aspetos a considerar:

- estimativas de crescimento anual
- formatos dos ODs
- sistemas e processos de armazenamento utilizados
- requisitos de rapidez de acesso
- n.º de cópias anualmente solicitadas
- tempos de espera para a sua obtenção



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Metodologia utilizada:

- Orçamento para a contratualização externa dos serviços (empresas especializadas):

Armazenamento em <i>cloud</i>	Acesso imediato	4.462,26 € ano/TB
	Acesso diferido	3.391,99 € ano/TB

custo médio de *storage*: **859,42 €** TB/ano
(média de preços - *cloud* da Amazon e Azure da Microsoft)

c. **3.600 €** na primeira modalidade e de **2.500 €** na segunda - acréscimo cobrado por serviços específicos de preservação digital



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

- Cálculo das despesas implicadas na PID, diferentes tipos de cenário:

- a título individual e de forma partilhada

recurso a ferramentas previamente identificadas no projeto *4C: Collaboration to Clarify the Costs of Curation* (financiado pela EU)

<http://4cproject.eu/summary-of-cost-models>

Modelos considerados mais adequados:

- Cost Model for Digital Preservation (CMDP)¹⁶

- LIFE3 Costing Model (LIFE3)¹⁷



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

- Cálculo das despesas implicadas na PID a título individual:

Modelo LIFE		
Objetos de formatos diversificados	período de 10 anos	605.000 euros
Imagens	período de 10 anos	806.000 euros

Modelo MODS		
Vídeo e imagens	período de 10 anos	2.796.901 euros
Todos os formatos (bases de dados, vídeos, imagens, texto, etc. - sem ligação com realidades reportadas pelos membros do GT)	período de 10 anos	13.527.578 euros



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Conclusões da aplicação dos modelos:

- orientadas para calcular custos da PID enquanto atividade
- não orientados para calcular custos de um repositório comum

Elaboração de cenário alternativo:

elaboração de uma matriz para determinar uma unidade de custo base que permita:

- calcular para cada entidade os custos de adesão a uma rede comum



Continuidade Digital

3. Modelo de custos - Tarefas a desempenhar na gestão do repositório

Definidas com base nos modelos identificados

- Planeamento
- Monitorização da tecnologia
- Negociação
- Atividades de gestão
- Atividades de monitorização e controlo
- Aprovisionamento e economato
- Contabilidade
- Instalações
- Ingestão
- Acesso
- Edição de metadados
- Migração
- Manutenção de plataforma tecnológica
- Gestão de utilizadores
- Prestação de Serviços
- Desenvolvimento evolutivo do repositório



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Cenário alternativo:

Considerados 2 tipos de custos diretos:

- fixos – assumem maior peso:

- recursos humanos
- manutenção e atualização do repositório
- manutenção de edifício (espaço físico ocupado, eletricidade, segurança, etc.)
- outros (computadores para utilização administrativa, material de escritório, etc.)

- variáveis – diretamente proporcionais ao grau de utilização dos serviços pelos aderentes:

- espaço de armazenamento (individualizável, potencialmente evolutivo)
- complexidade do processamento dos serviços de preservação digital

n.º de ODs

x

esforço de computação

(expressa numa unidade binária)

(diretamente proporcional ao n.º de ODs,
cai exponencialmente de ano para ano)



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Cenário alternativo: questões a considerar

Questão 1: encontrar um rácio equilibrado entre estas duas variáveis:

- dimensão dos objetos expressa numa unidade binária²² (MB, TB, etc.)
- número de objetos que representam essa dimensão.

Questão 2 determinar as variáveis possíveis e adequadas para estimar o custo de computação, obtendo-se assim o fator a relacionar com o número de ODs

Conclusões:

- cobrar em função do **espaço de memória alocável**, proporcional ao número de ODs a preservar



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Conclusões

Fórmula final para obter o custo base poderá assumir a seguinte configuração:

$$\textit{Unidade Base Custo} = \textit{Custos Fixos} \times \textit{Custos Variáveis}$$

$$\textit{Custos Variáveis} = (\textit{dimensão_espaço} \times \textit{n.º_ODs}) (\textit{esforço_computação})$$

- caso não sejam necessários serviço de armazenamento - retirar parcela
- considerar sempre parcela “número de ODs x esforço computação”



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Conclusões

Custo da memória a utilizar = valor total da memória alocada num servidor : 3

(valor 3 = n.º de anos considerados de amortização do custo de um computador/servidor)

Obtemos:

valor anual de utilização de memória por servidor

x

n.º total de servidores utilizados pela estrutura tecnológica comum para processar os ODs ingeridos.



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Conclusões: Valor de memória necessária por objeto digital =

valor total de memória anual : total de ODs ingeridos no repositório

Custo imputável a cada aderente =

valor unitário de memória por objeto digital

x

número de objetos que cada aderente ingeriu ou pretende ingerir no repositório

Custo efetivo imputável aos aderentes no que respeita a memória =

valor obtido x custo estimado do GB de memória



Continuidade Digital

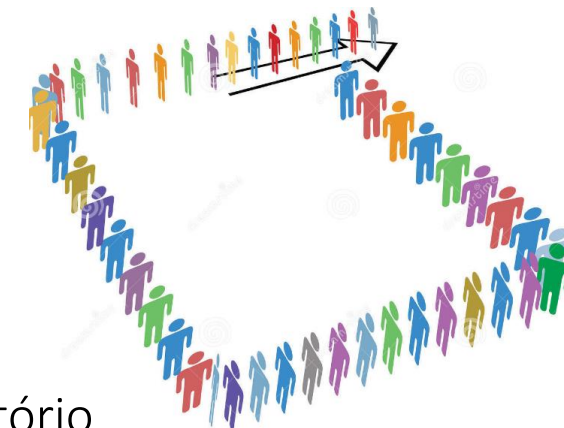
3. Modelo de custos

Conclusões

Decrementação de custos em função do < de n.º de aderentes:

$$+ \text{aderentes} = < \text{custos fixos}$$

custos variáveis dependem do material que cada aderente queira ingerir no repositório



Cenário 1:

		Custos fixos	Custos armazenamento/ processamento
Ano 1	5 aderentes	pagam 20.000 + 50.000	
Ano 2	5 aderentes + 1 novo aderente	pagam 16.557 + 50.000	

Cenário 2: custos anteriores + joia de inscrição por cada novo aderente



Continuidade Digital

3. Modelo de custos

produto disponibilizado

Simulador de custos de preservação digital (Excel)

passível de ser utilizado pelas entidades interessadas

Acessível no sítio web do projeto:

<http://1seminariopreservacaopatrimonioidigital.dglab.gov.pt/projeto-continuidade-digital/documentos-de-projeto/>





Continuidade Digital

3. Modelo de custos

Conclusões gerais:

custos a suportar pelos aderentes são eventualmente excessivos

equacionar formas de financiamento da rede que assegurem a sua independência:

- outros serviços pagos:
 - monitorização das tecnologias
 - mecenato
 - doações
 - outras alternativas

- preservação digital distribuída (+ investigação, desenvolvimento adicional)





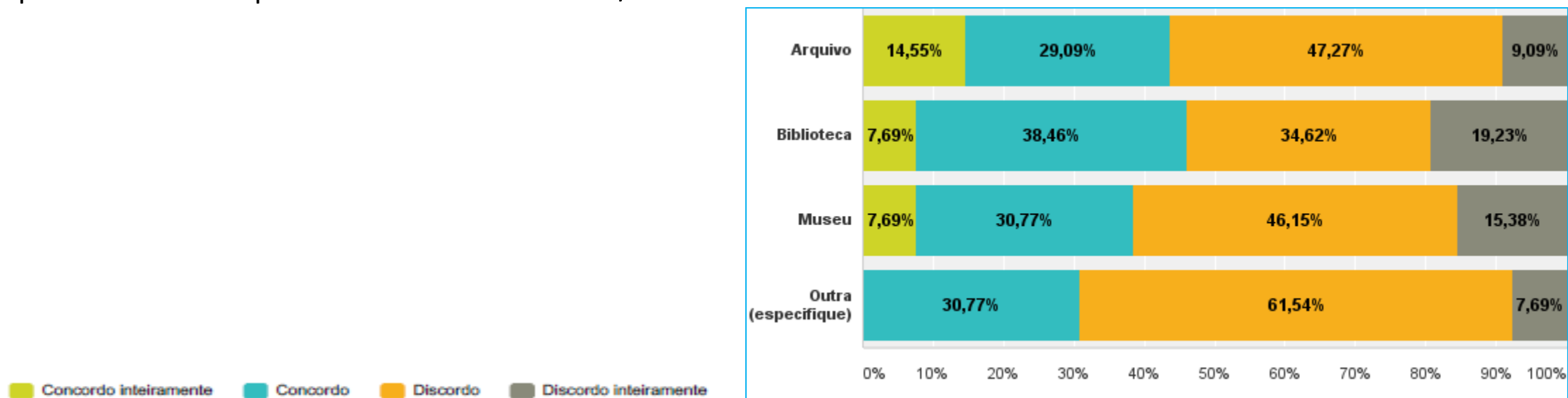
Continuidade Digital

3. Modelo de custos

O que revelam os inquéritos:

disponibilidade para contribuir financeiramente para um repositório comum, como contrapartida de serviços prestados

> parte dos respondentes discorda / discorda inteiramente:





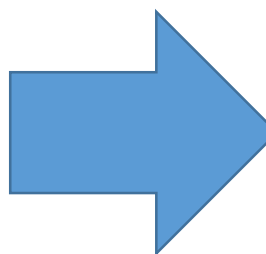
Continuidade Digital

4. Modelo de governação

diretamente relacionada com o modelo de custos.

Implica a definição de:

- características
- princípios
- objetivo
- missão
- funções e atividades
- tipo de governação
- órgãos



traduzível de forma efetiva em
Regulamento



Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Características da rede:

- nacional
- aberta
- transversal
- descentralizada





Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Princípios (natureza cooperativa)

- Adesão voluntária e livre
- Gestão participativa
- Participação económica dos membros
- Autonomia e independência
- Formação e informação
- Intercooperação
- Interesse pela comunidade
- Neutralidade





Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Objetivo: gestão participada de infraestrutura de preservação sustentável, promovendo preservação e acesso continuado ao património digital

Missão: promover / encorajar:

- partilha de conhecimento
- cooperação (políticas, estratégias; gestão, manutenção, atualização de repositório)
- entidades responsáveis pela preservação dos seus ODs, mantendo sobre eles tutela ativa
- divulgação
- formação
- promoção de boas práticas
- investigação
- inovação na área da preservação digital



Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Funções a assegurar (comuns a qualquer tipo de organização)

- deliberativa (exercida formalmente por 1 conjunto de aderentes)
- executiva (núcleo encarregue de executar e gerir estrutura)
 - Alternativas:
 - várias entidades aderentes;
 - subconjunto de aderentes fixos; subconjunto de aderentes rotativo
 - entidade fixa, definida por lei
 - instituição pública ou privada contratada
- tecnológica (manutenção preventiva, corretiva, evolutiva do repositório)
- preservação (repositório tecnológico comum, valências de receção e preservação de ODs)
- investigação (criar conhecimento na área da PID, a replicar reutilizar pelos aderentes)





Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Atividades a desenvolver:

- preservação digital
- divulgação para promoção da rede (eventos, publicidade / marketing)
- inovação (acréscimo de valor com base na criatividade dos membros produtores)
- formação (*workshops*, cursos, seminários, publicações, etc.)
- outras (com pertinência no âmbito do desenvolvimento da rede)





Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Possíveis desenvolvimentos adicionais:

- modelo de exploração comercial
cobrança, aos aderentes, de % fixa dos lucros auferidos com venda de cópias de ODs preservados

- recurso a financiamentos alternativos (publicidade)

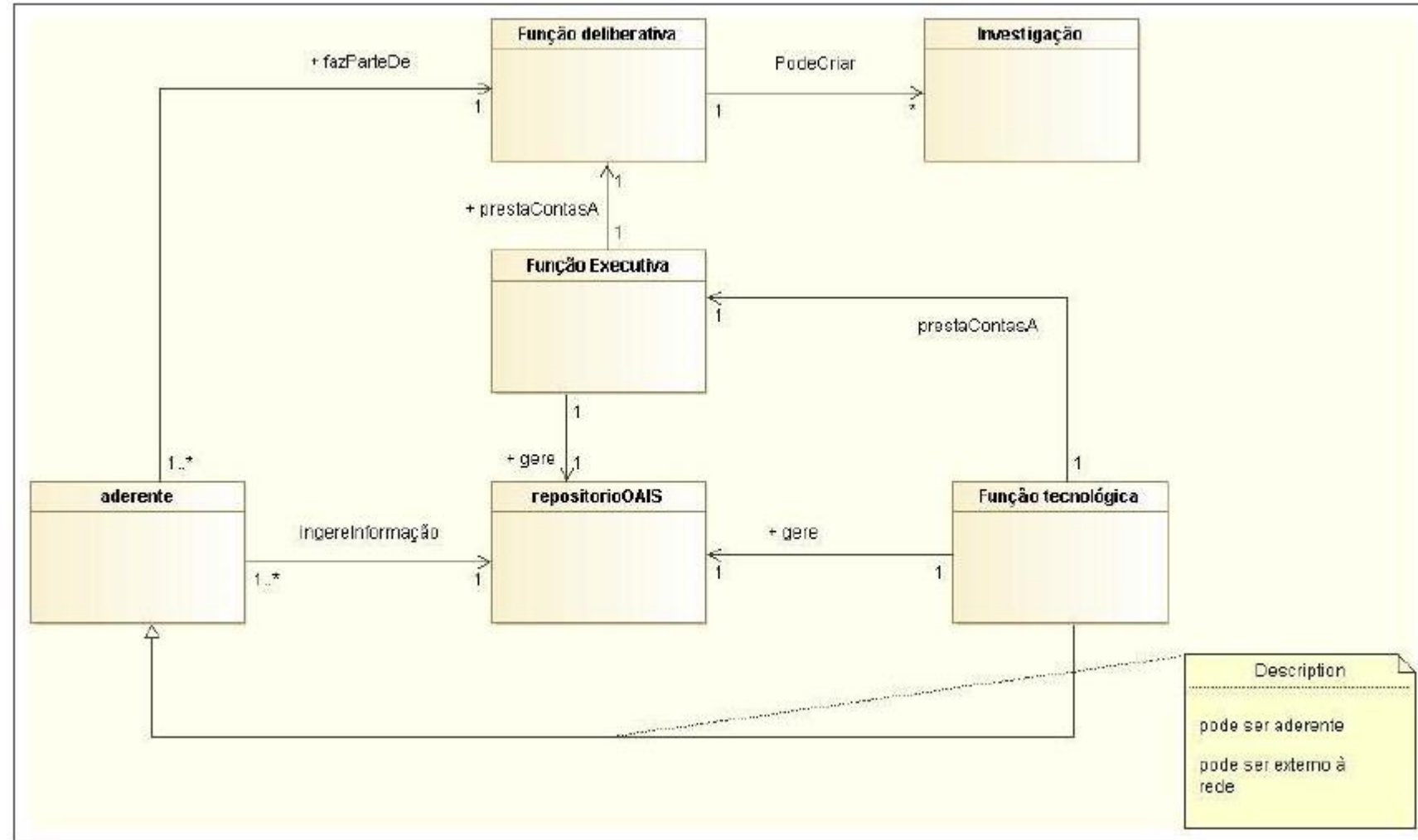




Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Diagrama de eventual esquema estrutural





Continuidade Digital

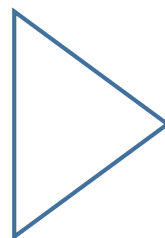
4. Modelo de governação

Aderentes

- pessoas coletivas, públicas ou privadas
- ou pessoas singulares

diferentes tipologias

direitos e deveres



em função dos serviços a contratualizar;
do grau de compromisso a assumir, ...

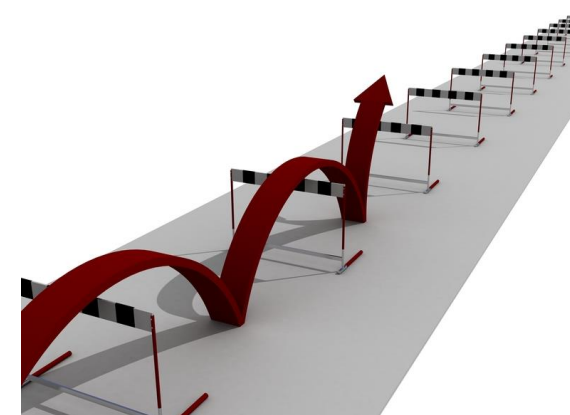


Continuidade Digital

4. Modelo de governação

Obstáculos identificados no contexto da AP:

- Natureza jurídica (formalização legal da rede)
- Natureza orçamental
- Constrangimentos de organização e de articulação (Rede = organização virtual no seio de entidade reais)





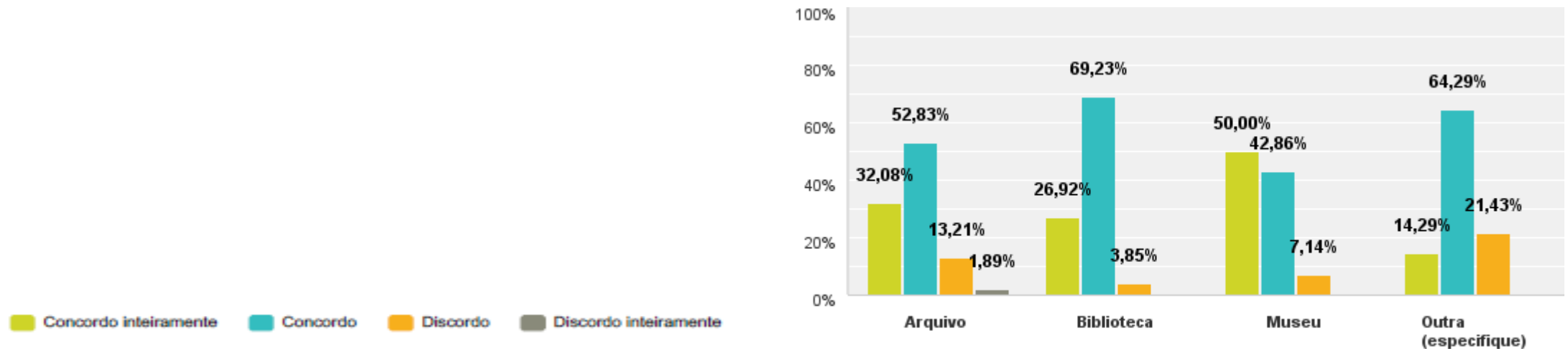
Continuidade Digital

5. Ponto de situação atual

A opinião dos potenciais aderentes a uma rede de preservação comum – **convergências:**
Perceção comum quanto à relevância de preservar património digital

A maioria das CdP

- concorda com um repositório transversal (arquivos, bibliotecas, museus, etc.)





Continuidade Digital



5. Ponto de situação atual

A opinião dos potenciais aderentes a uma rede de preservação comum – **convergências:**

A maioria das CdP

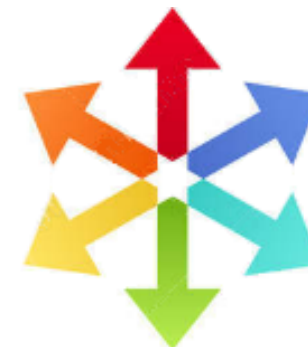
- concorda com uma gestão coletiva de um repositório partilhado
- manifesta disponibilidade para assumir compromisso e responsabilidade num modelo de gestão participativo
- considera financeiramente vantajosa a gestão comum do património digital
- concorda com modelo de exploração comercial para assegurar sustentabilidade financeira (sobretudo Arquivos e Museus)
- optaria por entidade pública para prestação de serviços de preservação digital (sobretudo Arquivos e Bibliotecas)

Nota: algumas CdP, sobretudo, **Museu** e **Outra** admitem confiar ODs a entidades privadas, desde que confiáveis



Continuidade Digital

5. Ponto de situação



A opinião dos potenciais aderentes a uma rede de preservação comum - **divergências**

A maioria das CdP:

- não prevê disponibilidade financeira para contribuir para o financiamento do repositório

Detetada alguma resistência em confiar ODs a uma entidade terceira (sobretudo Bibliotecas e Arquivos)



Continuidade Digital

5. Ponto de situação

O que já existe

DGLAB:



Repositório digital open source, disponível sob licença GNU 3.0, conforme ao OAIS, passível de ser usado, reutilizado e distribuído

Equipa do GT Continuidade Digital

Visão global e integradora da preservação digital e do acesso ao património

Programa Ciência Aberta - GT Política Nacional de Ciência Aberta

Projetos em curso: ex. Centro Hospitalar São João



Continuidade Digital

5. Ponto de situação

O que há a fazer

- adotar boas práticas:
 - OAIS
 - normalização de formatos
 - normalização de meta informação visando interoperabilidade
- qualidade da plataforma tecnológica e das infraestruturas
- definir os custos da PID e incluí-los na programação orçamental
- identificar e delimitar responsabilidades sobre o património digital





Continuidade Digital

6. Perspetivas futuras

Necessidade de investigação adicional:

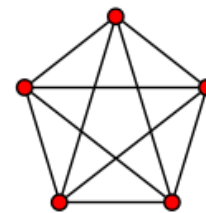
Área tecnológica:

- Modelo de preservação digital distribuída

Área social/organizacional:

- Formas de articulação de entidades com culturas organizacionais e orçamentais díspares

- Definição do modelo de rede: mais simples?



- mais complexa?



- Análise financeira e económica - identificar possibilidades de sustentação financeira da rede



Continuidade Digital

6. Perspetivas futuras

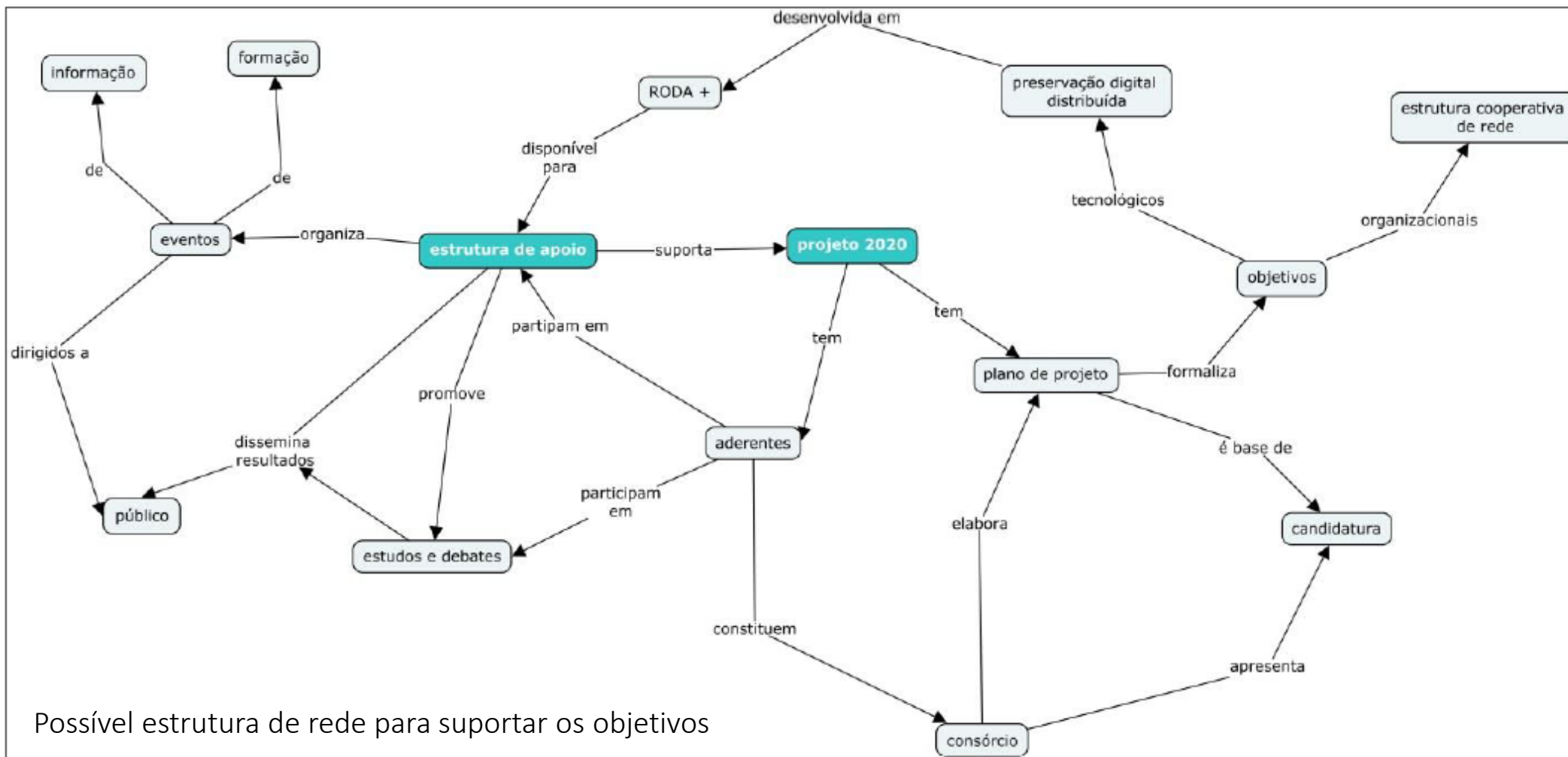
Objetivos

- Obter o financiamento para prossecução do trabalho (SAMA 2020)
- Disseminar os resultados do projeto
- Promover conhecimento na área de PID: ações formativas e informativas
- Obter uma base alargada para discussão e validação dos resultados do projeto
- Cooptar massa crítica para a constituição efetiva da rede para preservação comum



Continuidade Digital

6. Perspetivas futuras





Continuidade Digital

mais informação em:

<http://1seminariopreservacaopatrimonioidigital.dglab.gov.pt/projeto-continuidade-digital/>

e

<http://arquivos.dglab.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/sos-digital/>

contactos, dúvidas, esclarecimento, suporte:

DGLAB, inovação e administração eletrónica

dsiae@dglab.gov.pt



Continuidade Digital

dúvidas, questões, comentários, sugestões...